

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15298 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 03/GT 06/GT 14/GT 17/GT 18 - Movimentos Sociais, Filosofia, Sociologia, Educação Popular e EJA

JUVENTUDE E NOVO ENSINO MÉDIO EM UMA ESCOLA DA ZONA RURAL RODOVIÁRIA DE MANAUS

Juliana Mota de Castro - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Tyfani Corrêa Abreu - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

JUVENTUDE E NOVO ENSINO MÉDIO EM UMA ESCOLA DA ZONA RURAL RODOVIÁRIA DE MANAUS

Resumo: Trata-se de uma pesquisa em andamento, realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no nível de mestrado, vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas Juventude, Educação e Trabalho na Amazônia (JETAM). Tem por objetivo analisar a implementação do Novo Ensino Médio (NEM) em uma escola na zona rural rodoviária de Manaus/AM que se configura no modelo de mediação tecnológica. Considerando a realidade vivenciada na referida escola, marcada pela exclusão, invisibilidade juvenil, entre outros diversos desafios, este estudo interessa-se pela perspectiva dos sujeitos para compreender os significados atribuídos à implantação do NEM/AM. Trata-se de uma pesquisa de campo, qualitativa, que constitui os grupos de discussão (GD) com jovens como principal instrumento de coleta de dados. Os resultados serão apresentados após a análise dos GD, que será conduzida a partir do método documentário de interpretação. Antecedendo a entrada em campo, foi realizada a análise de documentos regulamentadores do NEM no estado do Amazonas, constatando que as condições materiais da rede de ensino escancaram a falta de articulação entre a reforma curricular proposta e a realidade das juventudes na Amazônia, especialmente aquelas que vivem e acessam a escola nos territórios rurais.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Juventude. Mediação Tecnológica.

Desde 2016, após a destituição da ex-presidente Dilma Rousseff, o Brasil tem enfrentado uma série de reformas legais emergenciais promovidas pelos governos de Michel Temer e continuadas no governo Bolsonaro. Entre estas, a Reforma do Ensino Médio, instituída pela Medida Provisória 746/2016 e convertida na Lei nº 13.415/2017, tem sido particularmente controversa. Para a realização desta pesquisa, optamos pela abordagem qualitativa reconstrutiva (Bohnsack, 2020), utilizando como principal procedimento metodológico os Grupos de Discussão e o Método Documentário (Mannheim, 1952). A metodologia incorporou também uma revisão da literatura e a análise de documentos elaborados pelo CEE/AM e a SEDUC/AM. Inicialmente, foram identificados e reunidos os documentos relevantes produzidos pela SEDUC-AM, incluindo as normativas do Conselho Estadual de Educação (CEE-AM), o Referencial Curricular Amazonense do Ensino Médio (RCA-EM), a Proposta Curricular e Pedagógica do Ensino Médio (PCP-EM) e o Documento Orientador para Implementação do Novo Ensino Médio (PLI-AM). A Reforma do Ensino Médio que consiste nas alterações introduzidas pela Lei nº 13.415/2017, entre elas a composição curricular e a carga horária, que passa a ser dividida em Formação Geral Básica (FGB) e Itinerários Formativos (IFs), adotando a carga horária mínima anual de 800 para 1000 horas anuais, passando de 2400 para 3000 horas o total da carga horária dessa etapa. A

medida foi amplamente divulgada com a promessa de que a nova composição possibilitaria aos alunos escolherem o percurso formativo com o qual mais se identificassem, trazendo-lhes protagonismo no seu processo formativo. No entanto, ao contrário da prometida autonomia conferida aos jovens, a reforma tem se mostrado antidemocrática, com uma proposta fragmentária que não assegura a flexibilidade prometida, além de confirmar o apartheid social dos jovens pobres (Lino, 2017). A urgência da reforma foi justificada por razões ideológicas, como uma forma de remover barreiras ao crescimento econômico, tendo a profissionalização por meio da educação como um meio de retomada do setor econômico. Segundo Motta e Frigotto (2017), os defensores da reforma argumentavam que o investimento em capital humano potencializaria a produtividade e, como consequência, elevaria a competitividade no mercado de trabalho. No Amazonas, a Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (SEDUC-AM), em conformidade com o contexto nacional, produziu inúmeros documentos e materiais a fim de subsidiar a implementação do Novo Ensino Médio (NEM-AM). A análise dos documentos elaborados pelo CEE e pela SEDUC demonstram que, apesar das intenções de promover a liberdade de escolha dos estudantes no contexto da implementação do Novo Ensino Médio, na prática, existem desafios e limitações que precisam ser considerados para garantir uma verdadeira democratização do acesso e oportunidades de aprendizado significativas para todos os estudantes, caso contrário, acentuam ainda mais as desigualdades já existentes. De acordo com o Catálogo de Escolas do INEP, o estado do Amazonas possui cerca de 431 escolas públicas que oferecem o Ensino Médio, com 122 localizadas na capital Manaus e 309 nos municípios do interior. Tendo em vista que o estado é cortado pelo rio Amazonas e conseqüentemente por seus afluentes, nesse cenário fluvial estão localizadas inúmeras comunidades e municípios rurais ribeirinhas, além de estarem também em zonas distantes, dependem dos períodos de enchente e vazante para melhor locomoção. Apesar das comunidades ribeirinhas serem predominantes na zona rural do estado, na Amazônia amazônica, a rede estadual de ensino divide as comunidades rurais em ribeirinhas e rodoviárias, ambas marcadas diferentes desafios sociais, inclusive em relação ao acesso, qualidade e permanência à educação. Nesse cenário marcado por peculiaridades, foram identificados e reunidos os documentos relevantes produzidos pela SEDUC-AM, incluindo as normativas do Conselho Estadual de Educação (CEE-AM), o Referencial Curricular Amazonense do Ensino Médio (RCA-EM), a Proposta Curricular e Pedagógica do Ensino Médio (PCP-EM) e o Documento Orientador para Implementação do Novo Ensino Médio (PLI-AM). Com base na análise desses documentos, foi possível interpretar os resultados obtidos e discuti-los à luz do contexto educacional do Amazonas e das políticas educacionais nacionais. Os documentos analisados demonstram que, apesar das intenções de promover a liberdade de escolha dos estudantes no contexto da implementação do Novo Ensino Médio, existem desafios e limitações práticas que precisam ser superados para garantir uma verdadeira democratização do acesso e oportunidades de aprendizado significativas para todos os alunos. Os resultados preliminares da pesquisa em andamento indicam que a implementação do Novo Ensino Médio nas escolas do Brasil compromete significativamente o futuro das juventudes, especialmente das mais desfavorecidas. Através da análise dos documentos legais do estado do Amazonas relativos à implantação da contrarreforma,

observa-se um afastamento de um projeto educacional que considere de fato as especificidades e necessidades reais da população amazonense. Portanto, fica evidente que é necessário um maior esforço para adaptar as políticas educacionais às realidades locais, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade que respeite e valorize suas particularidades culturais e socioeconômicas.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Educação e Desporto. **Plano de Implementação da Reforma do Currículo e do Ensino Médio no Amazonas**. Comitê de Implementação da Lei de Reforma do Ensino Médio e Currículo no Estado do Amazonas, 2020.

BOHNSACK, Ralf. **Pesquisa social reconstrutiva: introdução aos métodos qualitativos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

LINO, L. A. As ameaças da reforma Desqualificação e exclusão. Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 75-90, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 02 jun. 2020.

MANNHEIM, Karl. **On the interpretation of Weltanschauung**. In: _____. Essays on the sociology of Knowledge. London: Routledge & Kegan Paul, 1952. p. 33-83.

MOTTA, V.; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio: medida provisória nº 746/2016. (Lei nº 13.415/2017). Educação e Sociedade, v. 38, n. 139, p. 355-372, 2017.

VIEIRA, K. L. (2021). A reconstrução do conhecimento na pesquisa social e educação. [Resenha do livro Pesquisa Social Reconstrutiva. Introdução aos métodos qualitativos, de R. Bohnsack]. **Cadernos de Pesquisa**, 51, e07828. <https://doi.org/10.1590/19805314782>